

O trabalho decente para as trabalhadoras domésticas não pode esperar mais



» ANA VIRGÍNIA MOREIRA GOMES
Diretora Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a América Latina e o Caribe

Há 15 anos, durante a Conferência Internacional do Trabalho, milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos remunerados em todo o mundo obtiveram o reconhecimento que lhes havia sido negado por tanto tempo. A adoção da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos em 2011 (nº 189) representou um marco histórico ao reconhecer que o trabalho doméstico é trabalho e que quem o realiza tem direito às mesmas proteções e aos mesmos direitos que os demais trabalhadores e trabalhadoras.

As trabalhadoras e os trabalhadores domésticos desempenham um papel essencial para a sustentação das famílias, das sociedades e das economias. Limpam casas, preparam refeições, cuidam de residências e jardins. Também prestam cuidados e apoio a crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Na América Latina e no Caribe, cerca de 13,5 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos (cerca de 90%) são mulheres, o que torna o trabalho doméstico uma das ocupações mais feminizadas da região. Essas trabalhadoras continuam enfrentando uma realidade marcada pela

informalidade, pelo acesso limitado a direitos trabalhistas e à proteção social e por uma representação insuficiente.

Quinze anos após a adoção da Convenção nº 189, muitos países avançaram na ampliação da proteção trabalhista para esse setor. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir a efetiva aplicação desses direitos. Em 2021, o número de trabalhadoras e trabalhadores domésticos cobertos pela legislação trabalhista em nível global havia aumentado em 15 pontos percentuais.

Ainda assim, em nossa região, apenas uma em cada cinco pessoas trabalhadoras domésticas estava coberta pela seguridade social, enquanto cerca de oito em cada 10 permaneciam na informalidade. A elevada informalidade que caracteriza o setor também as expõe a riscos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, além de aumentar sua vulnerabilidade econômica na velhice.

No caso das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos migrantes, esses desafios costumam ser agravados por políticas migratórias restritivas, custos e taxas de recrutamento, falta de reconhecimento de competências, dependência em relação aos empregadores e o temor de perder a situação migratória regular.

Hoje, proteger as trabalhadoras domésticas é mais urgente do que nunca. O futuro do trabalho doméstico na América Latina e no Caribe será moldado pelo envelhecimento da população, pela expansão dos sistemas de cuidados, pelo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, pelas dinâmicas migratórias, pela digitalização e pela mudança do clima. Em conjunto, essas tendências ampliarão a demanda por serviços de

cuidado e reforçarão a necessidade de profissionalizar, formalizar e proteger o trabalho doméstico remunerado.

Embora avanços importantes tenham sido alcançados, a questão agora é como acelerar as mudanças nos próximos 15 anos para garantir proteção a todas as pessoas trabalhadoras domésticas. Felizmente, o movimento em defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos é hoje mais forte do que há 15 anos. Atualmente, a Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas reúne 94 organizações afiliadas em 71 países e representa mais de 676 mil trabalhadoras e trabalhadores domésticos em todo o mundo.

A região da América Latina e Caribe também tem sido palco de um fortalecimento contínuo das organizações de trabalhadoras domésticas. Sua voz tem sido fundamental para impulsionar reformas legislativas, promover a ratificação da Convenção nº 190 da OIT sobre violência e assédio e defender os direitos trabalhistas da categoria. Essas organizações também contribuíram para que o trabalho doméstico fosse reconhecido como um componente essencial dos sistemas e das políticas de cuidados que vêm avançando em diversos países da região.

No ritmo atual, ainda seriam necessários 85 anos para garantir que todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores domésticos estejam protegidos. Isso é muito tempo. Chegou o momento de assegurar que quem sustenta o bem-estar de tantas pessoas e de nossas sociedades possa exercer plenamente seus direitos e ter acesso ao trabalho decente e à justiça social.

O futuro do jornalismo está nas mãos das gerações que parecem mais ignorá-lo



» HÉLIO GAMA NETO
Jornalista, assessor de comunicação da Associação Nacional de Jornais (ANJ)

As gerações que aparentemente menos audiência e engajamento dão às notícias e às reportagens produzidas por jornalistas e veículos, muitas vezes com elevados custos e riscos, podem ser aquelas que decidirão o futuro do jornalismo. Mas isso vai depender da capacidade de dialogarmos com esse público.

Pesquisas mostram um afastamento gradual dos jovens em relação ao consumo tradicional de notícias. Em 2007, Harvard revelava que apenas 9% dos adolescentes e 16% dos jovens adultos liam jornais diariamente. Quase 20 anos depois, o cenário ficou mais cinzento.

Agora, segundo o Pew Research Center, 15% dos jovens entre 18 e 29 anos afirmam acompanhar notícias sempre ou na maior parte do tempo. Entre pessoas com mais de 65 anos, o índice é de 62%. O Reuters Institute constatou algo semelhante: jovens consomem informação, mas raramente chegam a ela pelos canais de jornalismo. O estudo indica que 76% entre 18 e 29 anos recebem notícias pelas redes sociais ao menos ocasionalmente.

Essas gerações cresceram em cotidiano marcado por redes sociais, algoritmos de recomendação, bolhas de viés de confirmação e, mais recentemente, inteligência artificial (IA).

Levantamento do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) mostra que 65% das crianças e adolescentes brasileiros entre 9 e 17 anos adotaram a IA ao cotidiano, enquanto 59% a utilizam para pesquisas escolares e estudos. Pesquisa da Nexus e Demá revela que 83% dos jovens entre 14 e 29 anos recorrem à IA para pesquisas gerais ou acadêmicas.

Mas crianças, adolescentes e jovens adultos têm demonstrado cansaço em relação a esses hábitos e aos discursos, serviços e práticas dessas plataformas, incluindo a coleta e o uso de seus dados, marcados por pouca transparência.

A juventude sinaliza desconfiança em relação ao poder desmedido das big techs e à forma como vem sendo construída a economia baseada em IA. Rejeita conteúdos feitos com a ferramenta, apontando a pasteurização da informação, a apropriação de talentos e a falta de humanidade. Torcem o nariz, reviram os olhos e chamam isso de "cara de IA".

Pesquisa da CNBC/SurveyMonkey indica que 37% dos estudantes evitam utilizar IA por questões de privacidade, e o mesmo percentual desconfia da precisão das respostas. Outros 36% apontam razões éticas e ambientais, enquanto 65% acreditam que a ferramenta reduzirá as vagas no mercado de trabalho. A Harvard Kennedy School mostra que cerca de 70% dos universitários enxergam a IA como ameaça às perspectivas de emprego.

A mudança de humor da juventude em relação à inteligência artificial tem sido evidenciada em formaturas nos Estados Unidos. Executivos e empresários passaram a enfrentar reações hostis de estudantes ao defenderem os supostos benefícios da IA ou contemporizarem as mudanças que a tecnologia representa para as oportunidades de trabalho.

Os jovens conhecem os benefícios que essa tecnologia pode gerar, mas, até aqui, muitos acreditam que os riscos desequilibram a balança. Na prática, são as gerações que mais utilizam inteligência artificial e também as primeiras a perceber e sofrer com seus limites.

É aí que entram o conhecimento e a busca criteriosa pela verdade dos fatos: escolas, universidades e jornalismo. Essa integração tem elementos favoráveis ao seu desenvolvimento no Brasil. A educação midiática tornou-se obrigatória na educação básica. E a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorpora práticas ligadas ao jornalismo, como produção de reportagens, edição de conteúdo, análise crítica da informação e reflexão ética sobre comunicação.

Talvez, estejamos diante de uma oportunidade histórica. Os dados mostram que os jovens não abandonaram a informação. Afastaram-se de parte dos caminhos tradicionais que levavam até ela. Continuam lendo, pesquisando, compartilhando conteúdos e tentando entender o mundo.

O problema não está na busca por informação. Está na forma como notícias e reportagens chegam até eles. O jornalismo está desafiado a compreender a ambiguidade vivida pelas novas gerações e a oferecer conteúdos em diferentes formatos e canais.

Publishers, editores e jornalistas, em geral, terão uma ótima oportunidade para saber como fazer melhor isso no 4º Data Day, da Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 28 de julho, na ESPM Tech, em São Paulo. A Box 1824, com base em dados do Google, vai apresentar estudo com informações inéditas sobre o consumo de notícias pelas novas gerações.

Mas já sabemos que precisamos explorar capacidades que continuam sendo exclusivamente humanas: investigação, contextualização e verificação. Essa é a essência do jornalismo. Sem ela, não há informação digital íntegra, segurança on-line nem democracia.



Maurenilson/CB

A reconstrução da soberania farmoquímica brasileira



» WASHINGTON QUAQUÁ, MARCELO VELHO E KEFFIN GRACHER
Prefeito, secretário de Saúde e secretário de Comunicação de Maricá, respectivamente

O Brasil abriu mão, ao longo das últimas décadas, de parte importante da sua soberania sanitária e tecnológica. Hoje, cerca de 90% dos insumos farmacêuticos ativos (IFAs) utilizados pela indústria nacional são importados, principalmente da China e da Índia, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi) e da Fiocruz. Isso significa que grande parte dos medicamentos consumidos pela população brasileira depende da capacidade produtiva, logística e geopolítica de outros países.

A pandemia de covid-19 expôs de forma brutal essa fragilidade. Em um momento de crise global, o mundo inteiro disputava respiradores, vacinas, medicamentos e insumos. Países que possuíam capacidade industrial instalada responderam mais rapidamente. Países dependentes sofreram mais. O Brasil sentiu na prática o risco de não possuir autonomia produtiva em uma área estratégica para qualquer nação. Esse debate não é apenas econômico. É um debate sobre soberania.

O Rio de Janeiro tem papel histórico na construção da indústria farmacêutica e farmoquímica nacional. Instituições como a Fiocruz,

o antigo Instituto Vital Brazil, universidades públicas e centros de pesquisa ajudaram a consolidar no estado uma tradição científica e produtiva ligada à saúde pública, à biotecnologia e à produção de medicamentos. Durante décadas, o Brasil chegou a desenvolver uma importante capacidade nacional de produção farmoquímica. Mas a abertura econômica desordenada dos anos 1990, somada à ausência de uma política industrial consistente de longo prazo, provocou um processo acelerado de desindustrialização do setor.

Hoje, o desafio é reconstruir essa capacidade olhando para o futuro. E o futuro da indústria farmacêutica será profundamente ligado à biotecnologia, à biodiversidade e aos medicamentos de origem vegetal. Nesse cenário, o Brasil tem vantagens competitivas gigantescas. Poucos países no mundo concentram simultaneamente biodiversidade, capacidade agrícola, sistema público de saúde, universidades e mercado consumidor na escala brasileira.

A cannabis medicinal surge nesse contexto como uma oportunidade estratégica. As recentes decisões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre exportação de cannabis medicinal e os debates em curso sobre regulamentação do cultivo e processamento no país apontam para a abertura de um mercado global em expansão acelerada. Segundo a consultoria Grand View Research, o mercado mundial de cannabis medicinal pode ultrapassar US\$ 80 bilhões na próxima década.

O Brasil não pode assistir a esse movimento apenas como importador de produtos acabados.

Temos clima, solo, capacidade agrícola, pesquisadores e sistema científico para participar da cadeia de maior valor agregado: pesquisa, cultivo, extração, desenvolvimento farmoquímico e produção de medicamentos.

A cannabis pode representar, para a bioeconomia do século 21, algo semelhante ao que a soja representou para a agricultura brasileira no século 20. Mas isso só acontecerá se houver capacidade nacional de processamento, pesquisa e industrialização. Exportar apenas matéria-prima significa repetir o velho modelo colonial. O desafio é transformar conhecimento científico e biodiversidade em tecnologia, emprego qualificado e soberania produtiva.

E essa discussão vai além da cannabis. Diversas pesquisas já demonstram o potencial terapêutico de plantas e compostos naturais presentes na biodiversidade brasileira. A medicina do futuro, em muitos aspectos, reencontra conhecimentos ancestrais agora validados pela ciência contemporânea.

É com esse debate que Maricá deseja contribuir. Ao estruturar grupos de trabalho, dialogar com universidades, pesquisadores, instituições regulatórias e acompanhar os avanços da regulamentação nacional, Maricá busca participar da construção de um novo ciclo de desenvolvimento para o país. Um ciclo baseado em ciência, inovação, saúde pública e soberania nacional.

O Brasil precisa voltar a produzir conhecimento, insumos e medicamentos estratégicos. Não existe projeto de nação soberana sem capacidade tecnológica e industrial em saúde.